

# **O fim do primeiro reinado e a consolidação da Independência do Brasil**

## *The end of the first reign and the consolidation of independence of Brazil*

**Antônio Celso Alves Pereira**<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida -UVA e sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

### **RESUMO**

O objeto do presente texto, ao ensejo das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, centraliza-se na afirmação de autores como Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Teófilo Ottoni, entre outros, segundo a qual a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831, após nove anos e sete meses de tumultuado reinado, constituiu-se no ato complementar e final do longo e gradual processo de separação do Brasil de Portugal.

**Palavras-chaves:** Bicentenário da Independência; Primeiro Reinado; Abdicação de D. Pedro I.

### **ABSTRACT**

The object of this text, on the occasion of the celebrations of the bicentennial of the Independence of Brazil, is centered on the affirmation of authors such as Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda, Teófilo Ottoni, among others, according to which the abdication of Emperor D. Pedro I, in 1831, after nine years and seven months of tumultuous reign, constituted the complementary and final act of the long and gradual process of separation of Brazil from Portugal.

**Keywords:** Bicentennial of Independence; First Reign; Abdication of D. Pedro I.

## INTRODUÇÃO

No dia sete de abril do ano 1831, nono da Independência e do Império, exatamente as três e meia de uma madrugada tensa e decisiva para o futuro do Brasil, o imperador D. Pedro I entregou ao major Miguel de Frias e Vasconcelos, comandante da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, o decreto por meio do qual abdicava do trono imperial em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade. O militar compareceu ao Palácio de São Cristóvão para dar conta ao monarca da gravidade da agitação nas ruas do Rio de Janeiro, da concentração de grande massa sublevada no Campo de Santana, bem como da posição das tropas sediadas na Capital do Império, que, solidárias com a revolta popular contra o Ministério e contra o próprio imperador, ali estavam motivadas pela propaganda liberal e nativista, disseminada pelos jornais liberais, pela oposição parlamentar e, como registra Paulo Ferreira de Castro, por agitadores que misturavam nativismo com ressentimentos de classe e de raça.<sup>i</sup> Porém, naquele instante, participavam também da revolta liberais moderados, que, até então, contrários a uma solução de força contra o imperador, diante da gravidade da situação, passaram a perceber a abdicação como forma de preservar o sistema monárquico no Brasil. O ambiente no Palácio de São Cristóvão era de profunda tristeza e desolação. Além da imperatriz D. Amélia, de alguns amigos e dos diplomatas conde Edouard de Pontois e *sir* Arthur Aston, respectivamente ministros francês e britânico acreditados junto ao governo imperial, poucas pessoas acompanhavam D. Pedro naquele momento supremo de sua vida no Brasil, desde que aqui chegara, em 1808, com apenas nove anos de idade e daqui partiria aos 32 anos. Apesar dos apelos dos presentes no sentido de aguardar a evolução dos acontecimentos e não consumir a renúncia, D. Pedro mostrara-se firme no intento de deixar o país. Segundo suas próprias palavras,

[...] não havia remédio senão ceder aos rogos da força armada e de uma população em anarquia que queria o Ministério que eu tinha demitido por incapaz e por desconfiar de fosse traidor, ou então abdicar para salvar a honra e não ferir a Constituição naquela parte em que me era concedido nomear e demitir livremente os ministros de Estado.<sup>ii</sup>

Ainda explicando os motivos que o levaram a abdicar, em carta ao seu amigo Antônio Teles de Menezes, marquês de Resende, D. Pedro assinala o seguinte:

Eu poderia ainda usar a força, se ela não me tivesse desamparado e se me achasse disposto a fazer fogo sobre os meus patrícios, mas como isto não era para homem como eu, que muito amo os brasileiros para no meio deles acender a guerra civil, [...] abdiquei [...] e desse modo poupei sangue e vida de meus amigos e patrícios e busquei segurar a coroa em meu filho”. Julgava-se, assim, traído por todos, ferido em seu amor-próprio, preferia, “descer do trono com honra a governar desonrado e envilecido.<sup>iii</sup>

Era, portanto, grande a sua mágoa em relação ao Exército imperial, que por ele fora criado e, em outros momentos difíceis, como na dissolução da Assembleia, em 1823, mostrara-se fiel e disciplinado. E, assim, resoluto, como era do seu feitio, quiz “deixar sem demora o cenário do drama, ir-se embora, cobrir o rosto para não ver o Rio de Janeiro nunca mais” como teria dito ao (conde de) Pontois”.<sup>iv</sup> Desse modo, nas primeiras horas da manhã do dia 7 de abril de 1831, D. Pedro deixou o Palácio de São Cristóvão, acompanhado da imperatriz D. Amélia, e da filha, D. Maria II, rainha de Portugal, para alojarem-se na belonave britânica *HMS Warspite*, ancorada na Baía da Guanabara. Enquanto se organizava para sair do país, ou seja, liquidar seus bens pessoais e, assim, apossar-se de recursos financeiros para viver na Europa e tomar as derradeiras medidas para partir, na condição de ex-imperador do Brasil e também de ex-rei de Portugal, que fora entre 10 março e 2 de maio de 1826, uma vez que, como D. Pedro IV, sucessor de D. João VI, abdicara da coroa portuguesa em favor de sua filha primogênita, Maria da Glória, ele permaneceu a bordo do *Warspite* até o dia 12 de abril. Neste dia D. Pedro e a ex-imperatriz D. Amélia se transferiram para outro barco de guerra inglês atracado na Baía de Guanabara, o *HMS Volage*, e partiu, no dia 13, em direção a Europa, com o título de Duque de Bragança, para viver, comandar e vencer a derradeira luta heroica de sua curta vida, (viveu apenas 36 anos), ou seja, derrotar o absolutismo reintroduzido em Portugal, em 1828, reimplantar a monarquia constitucional e, com isto, fazer valer os direitos de sua filha, D. Maria II, que foram usurpados pelo seu próprio irmão, D. Miguel. A rainha de Portugal seguiria para a Europa, em outro barco, o *La Seine*. A atitude de D. Pedro não poderia ser entendida como fuga – escreve Otávio Tarquínio de Sousa – mas uma retirada melancólica, sob a proteção de marinheiros estrangeiros”.<sup>v</sup> Vale esclarecer que o objeto do presente texto, ao ensejo das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, centraliza-se na afirmação de autores como Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda, Teófilo Ottoni, entre outros, segundo a qual a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831, após nove anos e sete meses de tumultuado reinado, constituiu-se no ato complementar e final do longo e gradual processo de separação do Brasil de Portugal, iniciado, de forma concreta, com a transferência da Corte portuguesa para Brasil, em 1808. Considerando esse cenário, de início, discute-se os acontecimentos históricos que levaram D. Pedro I a renunciar, pode-se dizer, de forma melancólica, sofrida, e, ao mesmo tempo, honrosa, ao trono do Império que ele, aos 24 anos de idade, corajosa e heroicamente, fundara em 1822, naquela altura apoiado e admirado pelos brasileiros. Nesse sentido, são destacados os fatos que levaram os citados autores a apontarem a abdicação de Pedro I como ato final do processo de secessão do Reino do Brasil do Estado composto com os Reinos de Portugal e Algarves.

## O DESENCANTO DA NAÇÃO COM O JOVEM IMPERADOR

A culminância do desgaste da popularidade de D. Pedro I, que medrou no correr de nove anos, três meses e sete dias de tumultuado reinado, em grande parte resultou da complexa, dúbia, e, ao mesmo tempo, fascinante personalidade do imperador e de

sucessivos e graves acontecimentos políticos e econômicos, que ocorreram nesse período. Tais circunstâncias geraram uma paulatina e constante luta entre o Parlamento, a Imprensa liberal e a opinião pública do país contra o monarca. É sabido que D. Pedro I era um homem impulsivo, capaz de atitudes mesquinhas, injustas e, ao mesmo tempo, capaz também de ações generosas, e de reconhecimento de suas avaliações e juízos errados. As suas relações com José Bonifácio dão provas disso. Seus biógrafos são unânimes em afirmar que ele era um pai dedicado, extremamente amoroso com os filhos havidos ou não de seus dois casamentos. Ao retirar-se definitivamente do país, além de D. Pedro II, viu-se obrigado, por razões dinásticas, a deixar no Brasil as princesas Januária, com nove anos, Paula, com 8, e Francisca com 7, filhos havidos com a primeira imperatriz, D. Leopoldina. Era, portanto, necessário nomear um tutor para os filhos. Escolheu José Bonifácio. D. Pedro que, rompido com os Andradas, aceitara a demissão de José Bonifácio do Ministério, em 16 de julho de 1823, que o perseguira e o exilara entre 1823 e 1829, porém, em momento tão difícil de sua vida, já reconciliado com seu antigo e mais importante ministro, que desempenhara papel decisivo na criação do Império, no decreto redigido a bordo do *Warspite*, por ele datado de 6 de abril de 1831, para conferir ao documento plena legalidade, nomeava, de acordo com o artigo 130 da Constituição do Império, tutor dos seus filhos, conforme se pode ler no documento, “o muito probo, honrado, e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo”.<sup>vi</sup> Segundo, o Conde de Pontois, já citado, “D. Pedro soube melhor abdicar do que reinar”. Essa dificuldade para reinar, foi consequência, pode-se dizer, em grande parte, de sua complexa personalidade, ora hábil, ora desastrado, e, como assinala Pandiá Calógeras, “doentamente sugestível” [...] por áulicos de baixo nível e reputação duvidosa; ele era “capaz de praticar atos verdadeiramente autocráticos, ao mesmo tempo de feitos extremos de heroísmo e de generosidade”<sup>vii</sup> e de mostrar-se, embora criado em ambiente absolutista, convictamente liberal, um “fabricante de Constituições”, segundo Sir Charles Stuart,<sup>viii</sup> diplomata britânico que teve destacado papel nas negociações para o reconhecimento da Independência por Portugal. A propósito, vale lembrar que D. Pedro outorgou duas Cartas Magnas: a Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, e a Carta Constitucional Portuguesa de 29 de abril de 1826, que entrou em vigor no curto período em que ele foi rei de Portugal. Ambas eram de cunho liberal e, inegavelmente, avançadas para a época.

A abdicação do trono imperial, afirma Joaquim Nabuco, foi recebida com surpresa pela nação “que esperava do imperador somente uma mudança de ministério, ou antes o abandono de uma camarilha que lhe era suspeita”.<sup>ix</sup> Esta camarilha a que Nabuco se refere era o chamado “gabinete secreto” composto por áulicos palacianos e membros do “partido português”, que só falavam ao imperador aquilo que lhe agradasse, intrigavam e se metiam em tudo. Joaquim Nabuco fala em nação brasileira em 1831, contudo, ressalva ao afirmar que se entendia por nação, naquela altura, a minoria política que a representava.<sup>x</sup> Nesse aspecto, é importante atentar para a composição da população do Império em 1831: do total de 5.354 mil habitantes, 1.347 eram brancos, 2. 017 negros,

1.748 mestiços e 220 mil índios. Nesse quadro, deve-se salientar o fato de que, como realidade política, os conceitos de nação e cidadania, oriundos da Revolução Francesa, vão se concretizar na Europa ao longo do século XIX, conseqüente do movimento liberal-popular, do constitucionalismo, da exacerbação do nacionalismo e, sob o prisma literário, filosófico e musical, com o romantismo. No caso brasileiro, a construção do sentimento nacional era, no século XIX, verdadeiramente incipiente, embrionário, ao passo que o Estado era realidade desde 1808. Votando à personalidade de D. Pedro I, assinala-se que foi a sua dificuldade para avaliar pessoas, acontecimentos e suas próprias ações em momentos que dele exigiam juízo sereno, a razão, mas não a única que o levou a abdicar, pois ele foi vítima, principalmente nos anos finais do seu reinado, de intrigas de seus opositores e de acusações muitas vezes injustas, divulgadas nos órgãos de imprensa de ideologia liberal radical, que lhe faziam oposição no Rio de Janeiro e nas principais Províncias do Império. Em 1830/1831 circulavam na Corte dezessete jornais, em sua maioria liberais e, dentre estes, destacavam-se o *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga e o *Astréa*, de João Clemente Vieira Souto. Entre os liberais exaltados O *Repúblico*, de Antônio Borges da Fonseca, que defendia a federação e a república.<sup>xi</sup> Em posição contrária, o *Diário Fluminense*, do cônego Januário Barbosa, defendia, com veemência, o imperador, que, por sua vez, sob variados pseudônimos nesse jornal publicava textos injuriosos “contra deputados e jornalistas incursos em sua antipatia”.<sup>xii</sup> Assim, ao agravar-se a agitação política em 1830, ele perdeu de vez a confiança e o enorme prestígio, a popularidade e a admiração que o povo brasileiro chegara a lhe dedicar, a partir do seu envolvimento pessoal e decisivo no processo de emancipação e de criação do Império. Nos três anos iniciais da década de 1820, D. Pedro era visto pelos brasileiros como o jovem príncipe herói e liberal, que adotara o Brasil como sua pátria e compunha e executava hinos à liberdade, no espírito romântico da época. Tudo isso, todo esse fascínio popular, foi sendo minado por suas atitudes e decisões tantas vezes insensatas, caprichosas e autocráticas, na medida em que ele era, afirma Otávio Tarquínio de Sousa, “cioso em excesso do poder de que se achava investido e maldisposto sempre a reconhecer as parcelas de autoridade distribuídas pela Constituição de sua outorga a outros órgãos e poderes”.<sup>xiii</sup> Nessa mesma linha, é necessário apontar que também contribuíram, entre outros fatos, para a malquerença popular ao imperador a sua vida privada nada edificante, especialmente suas relações com a marquesa de Santos, realidade que ocasionara constrangimentos e humilhações à imperatriz D. Leopoldina, morta em 1826, que era amada e admirada pelos brasileiros.

### **A CRISE POLÍTICA GERADA A PARTIR DA DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE (1823)**

Além dos problemas gerados pelas disposições de sua personalidade, uma série de acontecimentos convergiram, a partir de 1823, para gerar e alimentar a grave crise política que levou de roldão o Primeiro Reinado. Durante todo seu período de governo D. Pedro manteve com o Parlamento duros embates. Ele não teve educação política

esmerada, embora fora seu aio, ou seja, tutor, o Frei Antônio de Arrábida, homem culto e que foi o primeiro reitor do Colégio Pedro II. Ele era, diz Calógeras, “um ignorante enquanto se relacionava com leis, governo, direito público”, e, por isso mesmo, “interpretava e punha em prática as cláusulas constitucionais segundo o processo absolutista”.<sup>xiv</sup> Tanto era assim que, no ato de sua coroação, em 1º de dezembro de 1822, ele assim explicitava seu estado de espírito e sua expectativa em relação à futura Assembleia Constituinte, por ele convocada para elaborar a Constituição do Império: “juro defender a Constituição que está para ser feita, se for digna do Brasil e de mim”. E, em sua primeira “Fala do Trono”, que historiadores afirmam ter sido redigida por José Bonifácio, pronunciada na Sessão Solene de Instalação da Assembleia Geral Constituinte, em 3 de maio de 1823, ele reiterava o condicionante anterior, com a seguinte declaração: “espero que a Constituição que façais (sic) mereça a minha imperial aceitação, seja tão sábia e tão justa quanto apropriada à localidade e civilização do povo brasileiro”.<sup>xv</sup> Eivada de ambiguidades, tais afirmações indicavam que D. Pedro I se considerava acima da soberania popular. É importante destacar o fato de que compunham a Constituinte magistrados, advogados, clérigos, alto funcionários, oficiais superiores e ricos proprietários, ou seja, o que havia, naquela altura, de mais representativo nas Províncias e na Corte do novo Império. Vivia-se, naquela altura, momento histórico de suma relevância para os destinos do país, politicamente marcado por grave instabilidade e embalado por greges conformadas por liberais republicanos exaltados, liberais moderados defensores da monarquia constitucional, como também por monarquistas conservadores e por portugueses absolutistas, enfim, por grupos ideológicos que se congregavam em facções e agitavam nas ruas e nas reuniões da Assembleia Constituinte, por seus respectivos representantes. Contra o possível arbítrio do imperador, que governava consoante suas contradições ideológicas e quase sempre de forma autocrática, tramitavam na Constituinte propostas de normas constitucionais que negavam ao monarca o direito de vetar leis e de sancioná-las, enfim, projetos que restringiam, sobremaneira, o poder imperial, tornavam o imperador subordinado à Assembleia, dotado de um poder apenas simbólico, ou seja, reinaria, mas, de fato, não governaria. Em julho de 1823, já eram tensas as relações da Assembleia com o imperador. A demissão dos Andradas do ministério veio adicionar mais instabilidade à Constituinte. “Havia calor dentro e fora da Assembleia. Os Andradas se irritavam com D. Pedro, que mais e mais se cercava de seus inimigos e cortesãos portugueses. Nessa linha, os Andradas jogavam lenha na fogueira das críticas. Segundo eles, o governo caminhava para o despotismo, enquanto o imperador se cercava de áulicos e incompetentes”.<sup>xvi</sup> José Bonifácio e irmãos, eram cultos, honestos e patriotas, tinham projeto para o Brasil, contudo, eram extremamente orgulhosos, prepotentes e, segundo Calógeras, “sofriam de verdadeira hipertrofia de vaidade e de ânimo vingativo [...] e ”faziam de qualquer dissídio de opiniões um caso de inimizade pessoal”.<sup>xvii</sup> Não toleravam as críticas das quais eram alvo nos templos maçônicos, como a aversão que mantinham em relação Joaquim Gonçalves Ledo e seu companheiro na fundação do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, o cônego Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira, indivíduos que tiveram participação

importante no processo de independência e foram processados e exilados por D. Pedro por empenho e vingança de José Bonifácio. Os irmãos Andrada tinham, portanto, uma legião de ferozes inimigos, muitos deles, serviçais próximos do imperador – quase todos portugueses –, como Francisco Gomes da Silva, o famoso Chalaça. Essa tropa de desafetos era reforçada pelo ódio da Marquesa de Santos aos Andradas. Assim, instigados por essa gente – o “gabinete secreto”, D. Pedro anistiou políticos paulistas inimigos dos Andradas, que haviam derrubado Martim Francisco do governo da Província de São Paulo no ano anterior, e que, até então, por iniciativa de Bonifácio, eram réus de processo em tramitação no Rio de Janeiro.<sup>xviii</sup> Com o mesmo ânimo de açular discórdias, os inimigos dos Andradas passaram ao imperador, por meio de uma Carta anônima, escrita em alemão, que teria sido entregue a Plácido de Abreu, barbeiro do monarca, expondo falsa informação segundo a qual se tramava no Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, sociedade secreta criada por José Bonifácio, um atentado à vida de D. Pedro e a proclamação da República. Mesmo enfaixado e se restabelecendo de uma queda de cavalo, D. Pedro, na noite do dia 15 de julho de 1823, deixou o Palácio e pôs-se à frente de um piquete de cavalaria composto por oficiais e 50 soldados, invadiu à força o Apostolado, expulsou os presentes e apropriou-se dos documentos da loja maçônica. A reunião era presidida por Antônio Carlos Andrada. Foi o bastante para levar José Bonifácio, ministro de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, e seu irmão Martim Francisco, ministro dos Negócios da Fazenda, a solicitarem ao imperador suas demissões, em 16 de outubro de 1823, no que foram prontamente atendidos e substituídos, respectivamente, por José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas e Manuel Joaquim Nogueira da Gama, marquês de Baependi. Deputados à Constituinte, José Bonifácio e seu irmão Antônio Carlos passaram a fazer dura oposição ao imperador e radicalizaram contra o partido português nas reuniões da Assembleia e no jornal *O Tamoio*, fundado por José Bonifácio, após sua demissão. De linha liberal e ferrenho opositor do chamado “partido português”, *O Tamoio* teve vida efêmera e fechou as portas quando os Andradas foram exilados por D. Pedro I. Otávio Tarquínio de Souza atribui a animosidade de José Bonifácio em relação aos portugueses, por ele chamados de “chumbeiros”, “pés de chumbo”, “corcundas”, ao acentuado jacobinismo dos Andradas e ao prolongado tempo que Bonifácio viveu em Portugal.<sup>xix</sup> Ademais, José Bonifácio temia, em razão da volta do absolutismo em Portugal, com o golpe de Estado ocorrido entre 27 de maio e 3 de junho de 1823, que dissolveu, por ato de D. João VI, as Cortes Gerais Portuguesas, que tal fato pudesse de alguma forma prejudicar a consolidação da Independência e dar ânimo maior ao partido português, que defendia a reunião do Brasil a Portugal. Além do mais, fora difícil ao Império vencer a guerra contra Portugal no Maranhão, no Pará e na Bahia, e, naquela altura, segunda metade do ano de 1823, andavam difíceis as negociações para o reconhecimento da independência por Portugal. Outros fatos ampliariam a crise da Constituinte com o Imperador. As provocações partiam de todos os lados. O governo lavrou decreto anistiando e incorporando às forças armadas do Império oficiais e praças do Exército português que lutaram, sob o comando do Coronel Luís Inácio Madeira de Melo, contra as forças brasileiras na guerra de

Independência na Bahia. Reagindo a isso, o deputado Francisco Muniz Tavares, membro da radical bancada pernambucana, apresentou na Constituinte projeto de lei que mandava declarar cidadãos brasileiros todos os portugueses que tivessem aderido à Independência e expulsar os fossem suspeitos de atividades antibrasileiras. Antônio Carlos Andrada apoiou o projeto e, em discurso à Assembleia, justificando sua posição, disse o seguinte: “Eu, por minha parte, creio que a medida, odiosa como é, contudo, é exigida pela necessidade. A nossa situação é nova e requer mais cuidado que pensamos. Rodeados de portugueses, que ora são nossos inimigos, de irmãos que antes eram, à testa de quase todos os nossos estabelecimentos”, Antônio Carlos, afirmando ainda que os interesses do partido português eram obviamente divergentes do interesse dos brasileiros, entendia que os portugueses não podiam desfazerem-se de todo o lusitanismo para professar de coração o genuíno brasileiro”, portanto não poderiam, “sufocar de todo os gritos de sua origem”. [...] E conclui:” Por mim, o digo, se eu fosse português detestaria a separação e a independência do Brasil”. Contudo, acentua Otávio Tarquínio de Souza, “portugueses influentes pela riqueza ou pela posição que ocupavam, em postos da administração civil, nas forças armadas, na magistratura, no próprio Paço Imperial [...] muitos dos então suspeitados e malvistas tornaram-se excelentes cidadãos do novo Império”.<sup>xx</sup> como, por exemplo, José Clemente Pereira e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Essa lusofobia perdurará nos anos seguintes, principalmente no meio popular, instigada por demagogos e liberais exaltados, situação que se manifestará de forma revanchista, exacerbada e decisiva nos anos finais da década de 20 e no começo do ano de 1831. Nesse caso, deve-se mencionar que D. Pedro ampliaria, até a abdicação, a participação do “partido português” no governo e nos serviços do Paço Imperial e do Palácio de São Cristóvão. Outros fatos agravavam a relação do governo imperial com a Assembleia Constituinte, como o atentado no dia 6 de junho de 1823, contra o jornalista Luís Augusto May, redator do jornal liberal *A Magueta*, agredido em sua própria casa por quatro homens mascarados, que lhe aplicaram violenta surra e quase o mataram a pauladas e golpes de espada, crime que teria sido ordenado pelo próprio imperador, e contara com a sua participação, uma vez que ele teria se postado no portão da casa do jornalista, enquanto a corja fazia o serviço. Não houve, por parte das autoridades policiais, a devida investigação do crime, que ficara impune, apesar de sua enorme repercussão na capital do Império. Somando-se a tudo isso, o jornal *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, criado pelo jornalista sardo Giuseppe Stephano Grondoni, publicou matéria ofensiva a dois oficiais portugueses, Zeferino Pimentel Freire e José Joaquim Januário Lapa, atribuída erroneamente por eles ao boticário Davi Pamplona. Os oficiais invadiram a loja do boticário, no Largo da Carioca, e o cobriram de pauladas. O episódio repercutiu na Assembleia, que agitada por Antônio Carlos, com grande assistência popular, transformou o assunto, que deveria ser tratado apenas como mais um caso de polícia, na derradeira crise, entre tantas, que levariam à dissolução da Assembleia. Os oficiais portugueses sentiram-se ofendidos solicitaram ao imperador medidas para controlar a imprensa radical, que os atacava, e a expulsão dos Andradas da Assembleia Constituinte. No dia 10 de novembro de 1823 o imperador ordenou a concentração de tropas em São

Cristóvão. Ao tomar conhecimento do movimento militar, no dia 11 de novembro, Antônio Carlos apresentou ao plenário da Assembleia indicação, que foi aprovada, propondo que a Assembleia Constituinte permanecesse em sessão permanente e que fosse endereçado ao imperador pedido de explicação sobre o movimento de tropas na cidade. A sessão entrou pela noite e passou à História como a “Noite da Agonia”. Na madrugada de 12 de novembro de 1823, as tropas imperiais cercaram o prédio da Cadeia Velha,<sup>xxi</sup> que abrigava a Assembleia Geral Constituinte, e invadiram o plenário. Peças de artilharia foram postas nas ruas adjacentes. Por decreto de D. Pedro I, lido ao plenário, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa foi dissolvida. Os deputados, indefesos, não reagiram e deixaram a Casa. Os Andradas foram presos e, no dia 20 de novembro de 1823, foram embarcados *manu militari* na charrua Luconia e despachados para o exílio na França, por ordem do imperador. Agindo rápido, D. Pedro manteve a promessa de dar ao Brasil uma Constituição. Desta forma, no dia 13 de novembro de 1823, ele baixou decreto criando o Conselho de Estado, cuja primeira missão seria elaborar um projeto de Constituição, o que foi feito partindo do projeto de autoria de Antônio Carlos, aprovado na Constituinte dissolvida, que recebeu, conforme Otavio Tarquínio de Sousa, “emendas e retoques mais de forma do que de fundo, salvo na novidade da introdução (no novo projeto) do Poder Moderador”.<sup>xxii</sup> Para mais, a Constituição incorporou às instituições imperiais o Conselho de Estado e criou o Senado com mandatos vitalícios, cujos titulares seriam nomeados pelo imperador, escolhidos mediante lista tríplice oriunda de eleições nas Províncias do Império. Assim, apesar de outorgada, a Constituição do Império, que entraria em vigor em 25 de março de 1824, e que nortearia a vida político-institucional do país durante 67 anos, foi, como diz Calógeras, “foi realmente um monumento de liberalismo e de poderes inteligentemente equilibrados”.<sup>xxiii</sup> “Não se podia desejar, em 1824, documento mais liberal, nem que melhor resguardasse a união permanente das províncias em uma entidade política coesa”.<sup>xxiv</sup> Resolvida a questão constitucional, D. Pedro logo se depararia com o movimento revolucionário republicano e separatista que, iniciado em Pernambuco – a Confederação do Equador (02 de julho a 29 de novembro de 1824), que pretendia agrupar em um novo Estado soberano, além de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe e Alagoas. Reflexo da Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, liderada pelos liberais federalistas pernambucanos Manoel de Carvalho e Joaquim do Amor Divino Rabelo, popularmente conhecido como Frei Caneca, eclodiu em reação à dissolução da Assembleia Constituinte, à Constituição outorgada, ao regime monárquico e à política centralizadora de D. Pedro, bem como por razões econômicas, ou seja, Pernambuco enfrentava, naquela altura, grave crise econômica, derivada da excessiva taxaço que foi imposta às Províncias pelo governo imperial, para financiar a guerra da independência contra Portugal. As forças enviadas pelo imperador a Pernambuco, comandadas pelo mercenário inglês *lord* Thomas Cochrane, derrotaram as forças republicanas. Trinta e um revolucionários foram condenados à morte, entre eles, Frei Caneca, que foi executado em 13 de janeiro de 1825. Nove, dos trinta e um condenados, conseguiram fugir, entre eles, Manoel de Carvalho, companheiro de Frei Caneca na liderança do Movimento. Além das execuções, D. Pedro

puniu novamente Pernambuco com desmembramento de seu território, isto é, passou para a Bahia a Comarca pernambucana do Rio São Francisco, território que compreende hoje 183 mil quilômetros quadrados do oeste baiano. D. Pedro repetia a punição imposta por seu pai, D. João VI, à então Capitania de Pernambuco, no contexto da Revolução de 1817, ou seja, D. João ordenou o desmembramento da Comarca das Alagoas do território de pernambucano, que se transformaria na Capitania de Alagoas e, a partir de 1822, Província de Alagoas. Sob o prisma externo, o principal problema de D. Pedro após a declaração de independência era obter logo o reconhecimento do Império por parte de Portugal, pois, uma vez reconhecido pela antiga Metrópole, se obteria o reconhecimento das outras monarquias europeias e da Santa Sé. Após difíceis negociações, com a mediação da Inglaterra, em 29 de agosto de 1825, entrou em vigor o Tratado de Paz e Aliança entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal, reconhecendo a Independência. O acordo não foi bem recebido pela opinião pública brasileira e lançou mais desconfianças sobre a “brasilidade” do imperador. O manifesto desgosto geral decorreu, principalmente, de cláusulas do Tratado que atentavam contra a soberania do Brasil e que mudavam o sentido da luta pela independência. Pelo documento, D. João VI recebia e manteria o título de imperador do Brasil e, simplesmente, transferia ao filho D. Pedro I os direitos de soberania sobre o Império”.<sup>xxv</sup> Nestes termos, a separação podia ser vista como uma cessão graciosa de Portugal. Além disso, o Brasil obrigava-se a pagar dois milhões de libras esterlinas a Portugal, como indenização por perdas relativas à separação. Parte dessa quantia, segundo carta de D. Pedro ao pai, 250 mil libras, indenizavam D. João VI por suas propriedades no Brasil, bem como incluía o empréstimo obtido pelo governo português em bancos ingleses para financiar a guerra que Portugal empreendera para impedir a independência do Brasil. Por outro lado, a morte de D. João VI, aos dez de março de 1826, e os consequentes problemas decorrentes de sua sucessão se incorporaram, de imediato, à crise política brasileira – temia-se, como já foi dito, que o imperador, como herdeiro e sucessor de D. João VI, promovesse a volta da união com a antiga metrópole. Na solução do problema, D. Pedro decidiu permanecer no Brasil e abdicou da coroa de Portugal em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Além disso, para resolver as questões derivadas da ambição pelo poder e da posição absolutista do irmão, D. Miguel, que estava exilado na Áustria, em consequência de sua liderança na revolta, contra o próprio pai, que passou à história de Portugal como *Abrilada* (abril de 1824), como D. Pedro IV de Portugal, anistiou o irmão autorizando sua volta a Lisboa. No ato de abdicção, determinou que uma Carta Constitucional seria por ele outorgada ao Reino de Portugal, o que foi feito. No mesmo documento, decidira que após jurar a Constituição e jurar fidelidade a ele e à Rainha de Portugal, D. Miguel seria nomeado regente e se casaria com a sobrinha, D. Maria II, naquela altura com apenas sete anos de idade. Diante disso, tudo indicava que a sucessão de D. João VI estava resolvida. O que não se deu. Acontecimentos históricos que se sucederam, a partir de 1828 em Portugal, complicaram, ainda mais, a relação do imperador com os brasileiros e, sobretudo, com a Câmara na 1ª Legislatura (1826-1829) e parte da 2ª Legislatura (1830-1833), até abril de 1831. A situação estava tão tensa em 1829 que D. Pedro não atendeu o pedido da Mesa da Câmara,

solicitado em agosto daquele ano, para prorrogar a sessão legislativa do ano, que se encerraria, de acordo com a Constituição, em 3 de setembro, pois, naquela altura, não havia se encerrado a discussão do orçamento para o ano de 1830 e a prorrogação era, constitucionalmente, da competência do imperador. No dia 3 de setembro de 1829 ele foi à Câmara e disse apenas o seguinte: “Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação Brasileira: Está fechada a sessão”. Em Portugal, D. Miguel rompeu o acordo ao abjurar a Carta Constitucional, fechou as Cortes e proclamou-se rei absoluto, em 07 de julho 1828, fato que impediu a rainha D. Maria II, que estava em Londres, de entrar em Portugal e assumir o governo do seu reino. Em companhia do Marquês de Barbacena, ela retornou ao Brasil na nau que D. Pedro enviara à Europa para trazer a nova imperatriz do Brasil, D. Amélia. Tais sucessos adicionaram novos elementos às pressões que sobressaltavam D. Pedro I que, desde então, passou a preocupar-se com a restauração dos direitos de sua filha. Políticos e simpatizantes da causa liberal em Portugal, fiéis a D. Maria II, buscaram abrigo no Brasil. Os jornais liberais, municiando a opinião pública temerosa de envolvimento do Império na chamada Questão Portuguesa, acusavam D. Pedro de favorecer os exilados portugueses, de dar-lhes, ajuda econômica com dinheiro do Tesouro Imperial, enfim, de cuidar apenas dos problemas portugueses. Tais exilados, aqui no Brasil se abrigavam no partido português, de tendência absolutista, enquanto em Portugal eram decididamente liberais. Ainda em 1828, outro grande problema, que teve início em 1826, contribuiu para ampliar a impopularidade de D. Pedro I: a independência da Província Cisplatina, pelo Tratado celebrado entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 27 de agosto de 1828, que criou a República do Uruguai. A guerra sustentada pelo Império contra os rebeldes da antiga Banda Oriental, apoiados pelas então Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina, foi imensamente impopular, exauriu o tesouro imperial e revoltou a população, pela forma violenta em que se deu o recrutamento da tropa destinada à luta no sul do Império. A campanha terrestre para sustar a secessão da Província Cisplatina foi um total fracasso, mal organizada, exército mal preparado, mal equipado e mal comandado, além de punições rigorosas que incentivavam as deserções. Em vista disso, D. Pedro partiu para o sul em 24 de novembro de 1826, em suas palavras “Vou ver com meus próprios olhos as necessidades do exército”.<sup>xxvi</sup> De lá retornou em 15 de janeiro de 1827, sem, de fato, mudar a situação. O desfecho da guerra deu-se com a batalha do Passo do Rosário, ou Ituzaingó, 20 fevereiro de 1827. Calógeras afirma que não é correto, no caso, falar em vitória brasileira ou em “peleja indecisa”, pois, “a vitória caracteriza-se pela imposição da vontade do vencedor”. Como isso não aconteceu, “o vencido foi o Império”. Outro lamentável acontecimento, a morte de D. Leopoldina, em 11 de dezembro de 1826, quando D. Pedro ainda se encontrava na Cisplatina, constituiu-se em duro golpe para ele, seus filhos e para o povo brasileiro, que, sinceramente, amava e confiava na imperatriz. Complicando tudo, em 1829, era grave a crise econômico-financeira do Império, provocada pela queda nos preços dos produtos de exportação – algodão, fumo, arroz e couro – o café era também parte da pauta de exportações, desde os primeiros anos da década de 1820, porém, somente ingressará como principal produto de exportação na balança comercial do Império, a partir da segunda

metade da década 1830/1840. O Banco do Brasil, envolvido na crise financeira, faliu. Piorando as coisas, a alta dos preços dos alimentos criava a situação descrita por Bernardo de Vasconcelos, como “inchaço do meio circulante”, ou seja, inflação, fenômeno monetário que, naquela altura, não era assim nominado.<sup>xxvii</sup> Por outro lado, em 1830, a Revolução liberal na França, que destronou, em julho, o último monarca da Casa de Bourbon, repercutiu vivamente no ânimo dos liberais brasileiros. A imprensa liberal recebera festivamente a notícia da queda do governo absolutista chefiado por Carlos X. O jornal *Aurora Fluminense*, “saudava o ano de 1830 como ‘o da liberdade não já na Europa, mas no mundo inteiro’”.<sup>xxviii</sup> Outro acontecimento, de ampla repercussão na Corte e nas Províncias, concorreria para ampliar instabilidade política: a morte, em São Paulo, no dia 21 de novembro de 1830, do jornalista João Batista Líbero Badaró, em consequência do atentado que sofrera na noite anterior, crime que, segundo se propalava, teria sido executado por ordem do imperador. Líbero Badaró, médico e jornalista italiano, era o redator do jornal *Observador Constitucional*, que, a serviço da causa liberal, estampava em suas edições duras críticas ao autoritarismo do imperador. Esse fato contribuiu, sobremaneira, para exaltar os ânimos da oposição no Rio de Janeiro e em todo o país. Na escalada da crise os confrontos entre grupos liberais nativistas e o “partido português” culminaram na *Noite das Garrafadas*. Os conflitos começaram logo após o retorno do imperador de sua malograda viagem a Minas Gerais, ou seja, no dia 11 de março de 1831. Portugueses, partidários do monarca, comemorando seu retorno ao Rio de Janeiro, acenderam luminárias em suas casas e fogueiras nas ruas centrais da capital do imperial. Além disso, segundo o jornal *O Republico*, saíram às ruas gritando “viva o imperador dos portugueses absoluto”.<sup>xxix</sup> No dia seguinte, 12 de março de 1831, foi a vez dos grupos opositores saírem às ruas aos gritos de viva a Constituição, a Federação e “ao imperador enquanto constitucional”.<sup>xxx</sup> Os conflitos entre brasileiros e portugueses continuaram no dia 13 de março. A situação agravou-se quando grupos liberais resolveram atacar as residências dos portugueses para apagar as luminárias. Das janelas e sacadas dos seus sobrados, situados nas ruas da Quitanda, Direita, Rosário e Pescadores, e em outras do centro do Rio, os portugueses revidaram jogando contra a turba cacos e fundos de garrafas, que feriram várias pessoas. Em tentativa de pacificação, D. Pedro, após ouvir o Conselho de Estado, no dia 19 de março resolveu nomear novo Ministério, desta feita composto somente por brasileiros. Apesar disso, não houve mudança de rumos. No dia 25 de março de 1831 D. Pedro, nas comemorações do aniversário da Constituição, ouviria, à tarde, na parada militar no campo de Santana e, à noite, no *Te Deum* celebrado na Igreja de São Francisco de Paula, a mesma restritiva saudação: “viva o imperador enquanto constitucional” A agitação continuava e, por parte dos liberais exaltados, tomava rumos revolucionários. Liberais moderados, como Evaristo da Veiga, defensores do sistema monárquico constitucional, embora temendo uma possível reação de força por parte do imperador, que pusesse em perigo as liberdades estabelecidas na Constituição, pressionavam no sentido de uma rápida solução para a crise, contudo, preservando o imperador. Diante disso, o imperador lançou a última tentativa de pacificar a capital do Império: nomeou novo Gabinete, em 05 de abril, desta feita, composto somente por

marqueses, todavia, pessoas sem apoio popular. A reação do povo foi imediata. A tropa sediada no Rio de Janeiro, como já mencionado, aderiu aos protestos. Sem alternativas, ou porque não quis criá-las, D. Pedro, em dia 7 de abril de 1831, abdicou em favor de seu filho, D. Pedro II.

## **A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I, COMO ATO CONCLUSIVO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA**

Analisando a abdicação, Joaquim Nabuco escreveu:

A revolução de 7 de abril, pode-se dizer, conseguiu apenas impor subitamente a Pedro I uma solução que já estava aceita por ele e para a lhe faltava somente [...] escolher o momento. Em certo sentido o 7 de abril é uma repetição, uma consolidação do 7 de setembro.<sup>xxx</sup>

Comentando o tema, citando as *Cartas de Erasmo sobre a emancipação dos escravos* (3), escritas, em 1867, por José de Alencar, e dirigidas a D. Pedro II, Sérgio Buarque de Holanda escreve o seguinte:

Não é demasiado pretender que o longo processo de emancipação terá seu desfecho iniludível com o 7 de abril. É a partir de então que o ato de Independência ganha verdadeiramente um selo nacional. A revolução de 1831, que trouxe abdicação, dirá o autor das *Cartas de Erasmo* dirigindo-se a D. Pedro II, foi como a consagração da independência. Aí a monarquia completou sua metamorfose e fez-se brasileira em vossa pessoa, senhor.<sup>xxxii</sup>

## **PALAVRAS FINAIS**

Como anteriormente destacado, o período histórico de 1823 a 1831, ou seja, os anos imediatamente posteriores à Independência, foram, no Brasil, tempos de grande instabilidade política e de graves dificuldade econômicas. D. Pedro I, dotado de personalidade complexa e, ao mesmo tempo fascinante, criado em ambiente absolutista, despreparado para governar, pois não recebera educação adequada à sua condição de príncipe herdeiro, ora mostrava-se ideologicamente liberal, ora manifestadamente autocrata, perdera, pelas razões anteriormente expostas, a enorme popularidade que desfrutara, como criador do Império do Brasil. O agravamento da crise político-econômica, a ferrenha oposição que a imprensa liberal de todo o País lhe movia e a ligação do imperador com o chamado “partido português”, composto por ricos comerciantes na praça do Rio de Janeiro, áulicos palacianos e partidários de D. Maria II exilados no Brasil, todos lusitanos, acusados pela imprensa de partidários de uma possível reunificação com Portugal, sob a forma anterior de Reino Unido, ampliou a oposição ao imperador e causou

a revolta da tropa sediada no Rio de Janeiro. Sem condições para reagir, D. Pedro abdicou em favor de seu filho, D. Pedro II, então com apenas cinco anos de idade, e retirou-se para a Europa. Os liberais saudaram o 7 de abril de 1831 como o dia da verdadeira independência do Brasil. A abdicação de D. Pedro I, ocasionou a extinção do “partido português” e livrou o Brasil de qualquer possível retrocesso em sua condição de Nação livre e soberana. Para Teófilo Ottoni, nesse dia, “o Brasil tirou o trono ao príncipe português e o devolveu regenerado ao príncipe brasileiro”.<sup>xxxiii</sup>

## REFERÊNCIAS

- <sup>i</sup> CASTRO, Paulo Ferreira de. *A Desradicalização do 7 de Abril*. In: História Geral da Civilização Brasileira, V. II, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 10
- <sup>ii</sup> SOUSA, Octavio Tarquínio de. *A Vida de D. Pedro I*. Volume III. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, p. 929.
- <sup>iii</sup> Ibidem
- <sup>iv</sup> Ibidem p.928-929.
- <sup>v</sup> *A Vida de D. Pedro I*, op. cit. p. 932.
- <sup>vi</sup> Ibidem, p. 932.
- <sup>vii</sup> CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Brasília: Edição do Senado Federal, 1998, p. 529. Do mesmo autor, *Formação Histórica do Brasil*. Brasília: Edição do Senado Federal, 2009, p. 92
- <sup>viii</sup> SOUZA, op. cit. p. 839
- <sup>ix</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império – Nabuco de Araújo*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1897-1899, p. 29.
- <sup>x</sup> Ibidem.
- <sup>xi</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A Vida de D. Pedro I*. Volume III. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954, p. 883 e 913.
- <sup>xii</sup> Ibidem, p. 780-781.
- <sup>xiii</sup> Ibidem, p. 872.
- <sup>xiv</sup> CALÓGERAS, João Pandiá, *Formação Histórica do Brasil*, p. 112.
- <sup>xv</sup> SOUSA, op. cit. volume II, 512.
- <sup>xvi</sup> Del Priore, Mary. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 228.
- <sup>xvii</sup> CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*, p. 102.
- <sup>xviii</sup> Ver LINO, Geraldo Luís. *O Homem que inventou o Brasil – Um retrato de José Bonifácio de A. e Silva*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2019, p. 79.
- <sup>xix</sup> Ibidem, p. 535-531.
- <sup>xx</sup> Ibidem, p.529-530.
- <sup>xxi</sup> O prédio da Cadeia Velha, também conhecido como Casa da Relação, situava-se no mesmo local e, que foi construído o Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro.
- <sup>xxii</sup> Ver, sobre a dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, SOUSA, V. II, op. cit. p. 579-621.
- <sup>xxiii</sup> CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação História do Brasil*, p. 103.
- <sup>xxiv</sup> Idem, *A Política Exterior do Império*, v. II, p. 534.
- <sup>xxv</sup> PANTALEÃO, Olga. *O Reconhecimento do Império*. In: História Geral da Civilização Brasileira. V. I. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962, p. 353.
- <sup>xxvi</sup> SOUSA, op. cit. V. II, p. 682 e 686.
- <sup>xxvii</sup> BARRETO, Célia de Barros *et alii*. *O Primeiro Reinado*. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962, p. 399.
- <sup>xxviii</sup> SOUSA, op. cit. V. III, p. 871
- <sup>xxix</sup> Ibidem, p. 896-897.
- <sup>xxx</sup> Ibidem.
- <sup>xxxi</sup> NABUCO, op. cit. p. 28
- <sup>xxxii</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *A Herança Colonial – Sua Desagregação*. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962, p. 15.
- <sup>xxxiii</sup> OTTONI, Teófilo Benedicto. *Circular aos Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860, p. 135.